Ata da reunião extraordinária virtual do Conselho Nacional de Economia Solidária
19 de setembro de 2024

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 17h, no ambiente virtual da plataforma *teams*, sob a coordenação do Secretário Nacional de Economia Solidária Gilberto Carvalho, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Economia Solidária. Participaram da reunião, os Conselheiros e convidados: Adalberto Felicio Maluf Filho - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Admirson Medeiros - ADS-CUT; Alexandro Cardoso -MNCR; Alfredo Jairo Dos Santos - Rede de Gestores; Almir Alves - ADS; Alzira Medeiros -FBES; Aparecido Alves de Souza- Convidado; Arildo Mota - Unisol BR; Barbara Santiago de Souza - Convidado; Barbara Schmidt Rahmer - Convidado; Carlos Alencastro Cavalcanti - MNCR; Celecina Rodrigues - FBES; Claudia Lucia Soares de Oliveira -Convidado; Chico Oliveira-Senaes; Daniel Campos Antunes - OCB; Danielle Stephany Fernandes Rocha; Dettmann Mendes - Convidado; Eduardo Dalbosco - Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Eduardo Pagot - Ministério do Desenvolvimento Agrário; Fernando Zamban - Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária; Francisco Josue Medeiros de Freitas - Ministério das Cidades; Gilberto Carvalho - Secretário Nacional de Economia Solidária; Gisleide Carneiro - FBES; Helen Cassia - BB; Iracema Ferreira - SENAES; Janiléia Silva - Convidado; Jose Alex - CONAQ; Kézia Alice - Semearte-Ecosol; Kristiany Mariely - FCES/FBES; Lidia Vieira Rocha Roza - Convidado; Marcela Vieira - Cáritas Brasileira; Marcia Umpierre - Rede ITCPS; Mariana Giroto - Rede de Gestores; Maria Lucia - FBES; Marta Trindade - Senaes; Malu -FBES; Renata Studart- Senaes; Sandro Sguarezi - UNEMAT/UNITRABALHO; Sofia Vieira - Convidado; Tatiana de Souza - SG/PR; Tatiane Valente – Vanderlucia Simplicio- Senaes;FBES; Zander Soares de Navarro - Ministério da Agricultura e Pecuária. **Gilberto Carvalho** deu início à reunião de caráter extraordinário informando que a pauta principal seria a reapresentação do Programa Paul Singer e discussão dos editais do programa de agentes da economia solidária, informando que inicialmente, foram abertos editais para a coordenação nacional e, em seguida, para suporte burocrático e comunicação. Agora, o foco estava na seleção de coordenadores estaduais, sendo dois por estado. Foi informado que o fórum da economia solidária havia solicitado o adiamento do prazo de inscrição. A coordenação da SENAES concordou com o pedido e decidiu adiar o prazo por uma semana, alterando a data de encerramento para o dia 27. **Alzira Medeiros** sugeriu que a pauta da próxima reunião ordinária incluísse a instalação da comissão de finanças e uma discussão sobre o CADSOL, especialmente após a Conferência Nacional de Finanças. Ela destacou a importância de discutir esses temas em uma reunião ordinária para garantir uma preparação mais robusta. **Janiléia Silva** mencionou a necessidade de organizar uma reunião para implantar a comissão estadual do CADSOL em São Paulo, já que há municípios interessados em seguir com a criação de suas próprias comissões. Também sugeriu uma ação conjunta com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária para otimizar as atividades relacionadas à certificação de empreendimentos e novas classes trabalhadoras. **Gilberto** deu continuidade a reunião agradecendo as contribuições anteriores de Alzira e Janiléia. Ele confirmou que as pautas sugeridas, como a criação da comissão de finanças e as questões relacionadas ao CADSOL, seriam tratadas na reunião ordinária de outubro. Em seguida, apresentou dois novos membros da equipe da SENAES: Iracema, que trabalhará na assessoria da coordenação, e Chico Oliveira, que assumirá a coordenação do CADSOL e atuará também em áreas de captação de recursos e relações internacionais. Foi dada a palavra para **Renata Studart** e **Vanderlucia Simplício** que fizeram uma apresentação detalhada sobre o programa de agentes de economia solidária. **Renata** explicou que o programa tem como objetivo geral que os agentes sejam capazes de retroalimentar, articular e potencializar a economia popular é solidária por meio da atuação no território, visando a ampliação da capacidade organizativa e produtiva dos empreendimentos de economia solidária dos

coletivos da economia popular. O programa terá duração de um ano, com possibilidade de renovação por mais um ano. Durante esse período, os agentes passarão por quatro módulos de formação, cada um com três meses de duração, e realizarão atividades de imersão em seus respectivos territórios. Os princípios norteadores do programa incluem a valorização dos saberes populares, a autonomia dos territórios, a diversidade, e o respeito aos ecossistemas. Os coordenadores estaduais serão responsáveis por gerenciar os agentes em seus estados, devendo ter um perfil articulador, gestor e educador. Eles trabalharão em articulação com superintendências regionais do trabalho, incubadoras e outros parceiros locais. Inicialmente serão 500 agentes e em seguida uma leva de mais 500 agentes. Renata ressaltou que o processo de seleção dos agentes levará em consideração a diversidade de gênero, raça e juventude, com uma meta estabelecida no PPA de que 50% dos agentes sejam mulheres, 50% sejam negros, e 20% sejam jovens. Ela também destacou que os agentes terão uma bolsa no valor de R$ 3.900, destinada a cobrir seus custos de deslocamento e atividades no território. Renata destacou que a seleção dos territórios para o programa de agentes da economia solidária foi baseada em diversos indicadores relevantes à economia solidária, além de prioridades definidas pela SENAES e pelo governo Lula. Entre os principais critérios estão: Populações aglomeradas e subnormais o foco em áreas urbanas com grande concentração populacional e condições precárias. Outro ponto levantado foi a necessidade de atender territórios afetados por emergências climáticas recorrentes. E também articulação com políticas públicas federais: A SENAES analisou como os grandes investimentos do governo poderiam ser complementados por ações de economia solidária, promovendo, além do investimento, uma formação cidadã nesses territórios. Esses critérios visam fortalecer a atuação do programa em áreas que enfrentam desafios estruturais, sociais e ambientais. A coordenação política do programa será gerida pela SENAES, com suporte da comissão político-pedagógica, que acompanhará sua implementação e proporá ajustes. Foi aberta a palavra para questionamentos e sugestões dos conselheiros. **Kézia Alice** (Semearte-Ecosol) expressou uma grande preocupação em relação à implementação do programa de agentes de economia solidária em seu estado Espírito Santo. Ela destacou que, no estado, as discussões sobre economia solidária estão concentradas nos fóruns municipais e estaduais, além do conselho estadual, mas faltou diálogo com essas instâncias antes de implementar o programa. Kézia relatou que a nova superintendente nomeada não tem experiência com economia solidária, o que gerou confusão sobre o papel da coordenação e a integração com o conselho estadual. Além disso, ela mencionou a falta de informações claras sobre como acessar o edital, apontando que muitas pessoas têm buscado esclarecimentos. Ela sugeriu um maior diálogo com instituições além das incubadoras e redes de gestores, que também atuam no campo da economia solidária. Fernando agradeceu a contribuição de Kézia e passou a palavra para **Bárbara Schmidt** que levantou a questão sobre o processo formativo dos agentes que serão selecionados. Ela mencionou que muitas das pessoas interessadas já têm uma vasta experiência na economia solidária e já atuaram como formadoras em redes e entidades anteriores. Bárbara perguntou se o processo formativo seria o mesmo para todos os agentes, considerando que algumas pessoas já têm um histórico significativo na área e poderiam até contribuir para a melhoria da formação. Ela destacou que, enquanto essas pessoas experientes trabalham de forma voluntária, novos agentes poderiam receber bolsas, o que poderia gerar um desequilíbrio. Ela questionou como seria equilibrada essa mistura de agentes com diferentes níveis de experiência no processo formativo. **Alzira Medeiros**, ressaltou a importância de se definir claramente o conceito de "território". Ela mencionou que alguns programas federais já têm essa definição de territórios e que é necessário que o programa de agentes dialogue com as políticas públicas estaduais e territoriais. Alzira destacou a relevância de articular ações territoriais, mencionando o exemplo de Pernambuco, que já trabalha com territórios regionais de desenvolvimento. Ela também defendeu que a gestão do programa seja descentralizada e envolva

os estados, criando mecanismos de articulação entre os coordenadores estaduais e a gestão política e pedagógica do programa. Alzira sugeriu ainda que o programa se integre com outras iniciativas da SENAES e com programas federais para maximizar os recursos e potencializar a economia solidária nos territórios. **Tatiane Valente** começou sua fala reconhecendo as dificuldades de acesso à internet nas áreas em que atua e fez uma pergunta a Renata sobre como garantir que o programa de agentes alcance os territórios mais distantes, como na Amazônia. Ela mencionou que muitos desses territórios, embora praticando os princípios da economia solidária, têm dificuldades em acessar políticas e editais, especialmente fora das áreas metropolitanas. Tatiane sugeriu a criação de um observatório para facilitar a articulação entre os diferentes agentes e atores de políticas públicas, como os de cultura e mulheres. Ela destacou também os desafios logísticos e financeiros, como o alto custo de passagens aéreas na região amazônica, que dificultam a mobilização de agentes. **Maria Lúcia** agradeceu pela prorrogação do prazo de inscrição no edital, mencionando que muitos estão sobrecarregados com diversos processos políticos e conferências. Ela fez uma pergunta sobre os critérios de avaliação dos currículos no edital, questionando se será considerado o histórico recente de atuação na economia solidária ou se aqueles que se distanciaram durante a pandemia também serão contemplados. Em seguida, ela perguntou sobre a definição de "território" no programa, destacando que, no Rio Grande do Norte, o conceito de território é aplicado a pequenas áreas, e questionou como dois articuladores poderiam cobrir todo o estado. Malu também provocou uma discussão sobre o C20 (Cooperação do G20 com o setor de Economia Solidária), mencionando que a comunidade de economia solidária se sente excluída desse processo e pediu mais esclarecimentos. **Admirson Medeiros** deu boas-vindas aos novos participantes e pediu o envio do projeto para que pudesse estudá-lo com mais calma, especialmente sobre a formação dos agentes que serão contratados. Admirson destacou a importância de considerar as particularidades territoriais de estados como Bahia e Sergipe, que apresentam grandes diferenças de tamanho e estratégias. Ele também sugeriu que as reuniões do conselho fossem mais frequentes, utilizando a tecnologia para facilitar o diálogo, especialmente durante o período de conferências. Ele reforçou a necessidade de melhorar a comunicação, já que recebe muitas perguntas sobre o edital. **Alfredo Jairo** destacou que o Conselho Nacional de Economia Solidária está perto de completar um ano e parabenizou o andamento das reuniões e a implementação do programa de agentes. Ele elogiou a construção de articulações locais e territoriais e ressaltou a importância dos coordenadores estaduais se articularem com as redes locais da economia solidária. Alfredo citou o exemplo da Bahia, que possui 27 territórios de identidade, com 19 centros públicos de articulação, o que facilita a sinergia entre as redes de economia solidária. Ele reforçou que a escolha dos coordenadores deve levar em conta a capacidade de articulação com as redes e gestores estaduais e municipais, e sugeriu mais reuniões do conselho para avaliar o andamento das conferências e garantir uma maior coordenação entre os participantes. Gilberto Carvalho agradeceu as contribuições dos participantes sobre a atuação dos agentes populares de economia solidária. E passou a palavra para **Vanderlucia Simplício** que destacou, embora grande parte do planejamento ainda esteja no papel, o programa está sendo ajustado à realidade conforme avança. A intenção principal é fortalecer a economia solidária nos territórios e promover a integração das políticas públicas. Os agentes terão um papel crucial na articulação das políticas públicas nos territórios, ajudando a evitar a fragmentação das iniciativas, especialmente em contextos onde políticas nacionais podem ser usadas de forma inadequada por governos locais. Fernando mencionou que já existe um grupo de trabalho nacional coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, com representantes de vários ministérios, como Saúde, Cultura, Meio Ambiente, Integração racial, Desenvolvimento Agrário e Meio ambiente, que estão construindo ações conjuntas. A formação dos agentes será dividida em duas fases: uma formação nacional para coordenadores estaduais e outra para os agentes locais. O objetivo é garantir que os agentes

selecionados tenham vínculo com suas comunidades e que sejam representantes locais, evitando a nomeação de pessoas de fora dos territórios. Vanderlúcia também mencionou a importância de ampliar os apoios institucionais, conforme sugerido por alguns participantes, e ressaltou que os agentes terão níveis variados de experiência. A diversidade de conhecimentos será uma vantagem no processo formativo, que seguirá uma abordagem de educação popular. Vanderlucia confirmou que a formação dos 54 coordenadores estaduais ocorrerá em Brasília entre os dias 25 e 29 de novembro. Com a palavra **Renata Studart** reconheceu a sugestão de Kézia sobre ampliar o apoio institucional e a importância de entender a realidade local em cada estado. Renata destacou que o processo de seleção levará em consideração a experiência dos candidatos e seu vínculo com a economia solidária, mas não será necessário que os agentes estejam atualmente ativos, desde que tenham histórico relevante na área. O foco é que os agentes tenham conexão com suas comunidades para fortalecer a organização local. Gilberto Carvalho complementou afirmando que o cronograma de reuniões do conselho foi uma falha ao longo do ano e propôs realizar a próxima reunião nos dias 5 e 6 de novembro, presencialmente. Além disso, sugeriu que, em janeiro, fosse estabelecido um calendário anual para evitar os grandes intervalos entre as reuniões. Ele reforçou que a seleção dos coordenadores estaduais será rigorosa, levando em consideração a vinculação dos candidatos com a economia solidária. O processo será transparente e não haverá compromissos pré-estabelecidos com nenhum movimento ou grupo específico. A seleção será baseada nos currículos e nas entrevistas, e os coordenadores terão um papel fundamental na articulação com os conselhos estaduais, fóruns e redes de economia solidária. Gilberto explicou que os coordenadores estaduais não estarão isolados, mas farão parte de uma coordenação estadual de economia solidária, que integrará representantes de diversas redes, superintendências do trabalho e outros atores locais. O objetivo é criar uma estrutura estável em cada estado para fortalecer a gestão e a implementação das políticas de economia solidária. **Gisleide Carneiro** propôs que a próxima reunião do Conselho de Economia Solidária aconteça no Rio de Janeiro, alinhada com o evento do G20, ou um dia antes dele. Ela argumentou que seria uma oportunidade para que os conselheiros participassem desse importante evento, que é relevante para o setor da economia solidária. Além disso, mencionou a falta de clareza sobre como os empreendimentos e entidades de apoio serão envolvidos ou apoiados para participar do evento. Fernando considerou a proposta interessante, mas destacou a necessidade de avaliar o conjunto de eventos que ocorrerão no Rio de Janeiro durante o G20. Ele sugeriu que a decisão seja ponderada para evitar dispersão dos esforços, garantindo que a reunião fortaleça a ação do conselho. Ele também mencionou a necessidade de aguardar orientações da Secretaria-Geral antes de confirmar qualquer decisão sobre o local e a data. Gisleide reiterou sua proposta, sugerindo que a reunião do conselho aconteça no Rio de Janeiro ou, alternativamente, em Brasília na mesma semana do G20, para facilitar a participação dos conselheiros no evento. Ela ressaltou a importância de alinhar a participação no G20 com o planejamento do conselho e de garantir que os membros do coletivo tenham suporte para participar. **Fernando Zamban** sugeriu deixar suspensa a definição da data da próxima reunião do conselho até que haja uma clareza sobre o envolvimento do grupo no evento do G20. Ele afirmou que a decisão será tomada rapidamente após a confirmação do evento, mas garantiu que a reunião não passará de novembro, de preferência no início do mês, para evitar conflitos com as conferências estaduais que começam a partir do dia 10 de novembro. **Alfredo Jairo** sugeriu que, em relação às datas, fosse seguido o encaminhamento proposto por Gilberto, reforçando a importância de concluir essa questão. **Kézia Alice** reforçou sua preocupação sobre a falta de clareza no funcionamento da coordenação do programa. Ela relatou que o conselho estadual ficou apreensivo após a apresentação feita pela superintendência, que soou como uma imposição do governo estadual sem diálogo com o conselho. Kézia solicitou uma explicação mais detalhada sobre o processo e sugeriu uma reunião para discutir a questão. Ela também mencionou a necessidade de

conversas sobre a coincidência de datas com o evento do G20 e as conferências territoriais e estaduais, que são prioridades para a economia solidária em seu estado. **Sandro Sguarezi** reforçou a sugestão de realizar a reunião do conselho no Rio de Janeiro, alinhada com o G20. Ele sugeriu que a SENAES dialogue com a Casa Civil para ajustar essa questão. **Alzira Medeiros** comentou sobre o grande número de candidatos envolvidos em campanhas e destacou a importância de administrar os horários e calendários, lembrando que a Conferência Temática Nacional de Economia Solidária ocorrerá nos dias 9 e 10 de novembro. Ela sugeriu que o evento fosse usado como um momento estratégico para o grupo. Alzira Medeiros destacou a importância de aprofundar a discussão sobre a estruturação do programa e sugeriu a criação de uma Câmara Temática de Formação ou Educação Popular dentro do conselho. Ela ressaltou que isso seria fundamental para amarrar as questões institucionais. **Admirson Medeiros** comentou que as atividades do G20 aconteceriam na semana seguinte à proposta de reunião presencial do conselho. Ele destacou que muitos participantes, incluindo ele, já estariam no Rio de Janeiro durante o G20, o que poderia dificultar a mobilização para a reunião do conselho. Admirson propôs que, para facilitar a organização, fosse feita uma reunião virtual para definir a data da reunião presencial, levando em conta as conferências estaduais e o cronograma do G20. **Fernando Zamban** antecipou que já estava em discussão a possibilidade de realizar duas reuniões virtuais do conselho até o final do ano, considerando a complexidade de alinhar os eventos. Ele reforçou a importância de garantir a maior participação possível nas conferências estaduais, onde a SENAES estará presente. **Tatiana de Souza** (SG/PR) sugeriu a realização de uma reunião online no final de outubro, já que em novembro começam as conferências estaduais e será difícil encontrar uma data adequada. Ela explicou que o G20 Social, com foco nos grupos de engajamento, começou no ano passado e mencionou alguns grupos específicos, como o C20 (sociedade civil) e o L20 (trabalho). Ela também citou que as atividades principais do G20 Social acontecerão nos dias 14, 15 e 16 de novembro, com duas atividades paralelas: as autogestionárias e uma possível feira de economia solidária. Tatiana sugeriu que a economia solidária organizasse uma ou duas atividades autogestionárias no evento, idealmente algo significativo, como um seminário, e destacou a necessidade de colaboração entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Unicopas, empreendimentos e outros atores. Ela informou que a organização de uma feira temática está sendo discutida, com o lançamento de um regulamento de inscrição previsto para a próxima semana. A feira contará com cerca de 100 tendas e está em fase de planejamento, com apoio da SENAES e de outros parceiros para mobilização. Finalmente, ela destacou que o G20 Social será seguido pela cúpula dos líderes nos dias 18 e 19 de novembro, onde os resultados dos grupos de engajamento serão apresentados. **Tatiane Valente** sugeriu que o conselho marcasse uma reunião do comitê permanente para a próxima semana, a fim de discutir as várias oportunidades estratégicas que surgiram. Ela destacou a importância de discutir como o Conselho Nacional de Economia Solidária pode participar estrategicamente, seja presencialmente ou por meio de ações de incidência, em eventos como o G20 e a feira. Tatiane também mencionou a necessidade de o conselho se apropriar da nova lei de financiamento para pequenos negócios promovida pelo MDS, bem como a relação do conselho com outros ministérios e iniciativas, como os agentes territoriais. Por fim, ela ressaltou a importância de fazer incidências em outras conferências, além das que o conselho já está envolvido, especialmente na área rural. **Tatiana de Souza (SG/PR)** esclareceu que o conselho será envolvido no planejamento da COP 30, informando que já ocorreram duas reuniões sobre o papel da economia popular solidária no evento. Ela destacou que o presidente Lula determinou que a economia solidária tenha um papel central na COP 30, e mencionou que o processo está em uma fase inicial, mas envolve formação, mapeamento e organização. Tatiana garantiu que o conselho será parte fundamental nesse planejamento. **Fernando Zamban** mencionou que o processo da COP 30 ainda está em andamento, assim como o G20, que é mais complexo. Ele explicou que, atualmente, não há apoio

governamental para atividades autogestionárias ou para a feira no G20, tanto para a economia solidária quanto para outros segmentos. Incidências estão sendo feitas para tentar ajustar essa situação, com possíveis atualizações em breve. Fernando sugeriu realizar duas reuniões virtuais (uma em outubro e outra em novembro) para facilitar a participação dos conselheiros e evitar dispersão. As reuniões virtuais abordariam temas sugeridos, como a recomposição das câmaras temáticas e a discussão sobre o CADSOL. Ele propôs enviar uma enquete para escolher as melhores datas para todos. Fernando explicou que a tentativa de realizar uma reunião presencial tinha o objetivo de combinar diferentes formas de financiamento para garantir a participação de todos. Ele também ressaltou que o encontro presencial seria uma oportunidade para discutir a retomada do CADSOL, já que há recursos disponíveis para isso. Mesmo se a reunião presencial não acontecer, a agenda do CADSOL não será prejudicada, e a participação será garantida. Fernando finalizou a reunião às 19h, agradecendo a todos pela participação. **Deliberações:** Adiamento do Prazo de Inscrições do Edital: A coordenação da SENAES decidiu adiar por uma semana o prazo das inscrições para o edital de agentes da economia solidária, alterando a data de encerramento para o dia 27, após solicitação do Fórum da Economia Solidária. Discussão do CADSOL e Comissão de Finanças: Ficou decidido que a instalação da comissão de finanças e a discussão sobre o CADSOL serão pautas na reunião ordinária de outubro, conforme sugestão de Alzira Medeiros. A seleção de coordenadores estaduais será realizada com base em critérios que incluem experiência em economia solidária e articulação local. Haverá rigor na escolha, sem compromissos pré-estabelecidos com movimentos ou grupos específicos. O programa de agentes será dividido em quatro módulos de formação, com imersão territorial, visando ampliar a capacidade organizativa e produtiva dos empreendimentos de economia solidária. O processo de seleção dos agentes terá critérios de diversidade, com 50% de mulheres, 50% de negros e 20% de jovens, conforme estabelecido no PPA. Foi estabelecido que os coordenadores estaduais farão parte de uma coordenação estadual integrada por representantes de conselhos, fóruns e redes de economia solidária, para garantir a articulação local e o fortalecimento das políticas. A possibilidade de realizar duas reuniões virtuais do conselho foi discutida, uma em outubro e outra em novembro, para garantir a maior participação possível antes das conferências estaduais. A reunião presencial está pendente de confirmação, considerando a coincidência de datas com o G20.Foi proposta a realização de atividades autogestionárias no G20 Social, como um seminário sobre economia solidária. Será avaliada a viabilidade de uma feira temática, com apoio da SENAES e de parceiros. A decisão final sobre a participação do conselho será tomada após definição das condições logísticas. O Conselho de Economia Solidária será envolvido no planejamento da COP 30, com a economia solidária desempenhando um papel central na construção das discussões, conforme determinação do presidente Lula. Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar o Diretor de Parcerias da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, Fernando Zamban, deu por encerrada a reunião com o Conselho Nacional de Economia Solidária. E para que fique devidamente documentado, a presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, dezenove de setembro de dois mil e vinte e quatro.